

Formação de professores em risco: um balanço a partir da atual reorientação das políticas públicas da educação no Brasil - ANPEd

Profa. Dra. Magali Aparecida Silvestre¹ (UNIFESP)

Qual a relação entre ciência, soberania, responsabilidade social e formação de professores da educação básica? Esta foi a indagação que orientou uma das falas na mesa redonda *Formação de professores em risco: um balanço a partir das reorientações das políticas públicas da educação no Brasil*. Uma tentativa de articular *Ciência, Responsabilidade Social e Soberania*, tema da septuagésima Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC ao tema formação de professores. Por meio dessa problemática procurou-se identificar algumas mudanças ocorridas nos últimos dois anos que colocaram em risco a produção da ciência no Brasil e, portanto, a soberania nacional, assim como demonstrar como os reflexos dessas mudanças incidem nas políticas públicas da educação e colocam em risco a formação de professores.

Soberania e Ciência

Num primeiro momento pode-se compreender que uma nação soberana é aquela cujo poder político exerce influência internacional; ou cuja economia influencia o mercado intercontinental. No entanto, há outra forma de compreensão que leva em consideração fatos que, muitas vezes, a sociedade em geral desconhece: não há possibilidade de construção de uma nação soberana se esta não produz ciência; a ciência é imprescindível para o desenvolvimento econômico, científico e social; necessária é a produção de novos e avançados conhecimentos, tantos nas ciências conhecidas como

¹ Profa. Dra. Adjunto IV do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *campus* Guarulhos, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação. Vice-coordenadora do GT08 Formação de Professores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Email: magali.silvestre@unifesp.br.

duras – engenharias por exemplo – como nas ciências críticas – como as humanidades ou sociais aplicadas. O Brasil de hoje não tem caminhado nessa direção.

Segundo a Andifes² – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior, a fragilização do sistema nacional de ciência e tecnologia terá implicações graves para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Vários são os fatos que levam a essa fragilização: a fusão do MCTI com o Ministério de Comunicação, no início de 2016, como medida de enxugamento da máquina administrativa; o limite dos gastos federais a aumentos no nível da inflação por 20 anos, de acordo com a emenda constitucional 95/2016; a redução de investimentos das fundações estaduais de fomento à pesquisa; a suspensão de muitas bolsas de estudos por um dos maiores órgãos de fomento, o CNPq.

Esses acontecimentos são um demonstrativo do desmonte da produção científica nacional pela via do contingenciamento orçamentário. Não se trata apenas de “gastar menos com produção de ciência”, meme midiático produzido para incutir na cabeça de cidadãos comuns que fazer ciência é caro, é gasto, trata-se aqui de pôr em risco a soberania nacional, pôr em risco a possibilidade de o país ser nação avançada econômica, cientificamente e socialmente menos desigual porque mais autônomo. Gastar com ciência, educação, saúde e cultura é investimento, porém, há um projeto de nação em curso e nele o que está em jogo é a soberania nacional, o quanto podemos nos tornar mais dependentes de outras nações, principalmente no que diz respeito à produção científica.

O que se avançou nos últimos 15 anos em diminuição das desigualdades econômicas e sociais, ampliação dos direitos humanos, universalização da escola básica e aumento do acesso ao ensino superior, se perdeu vertiginosamente nos últimos dois anos, pós-golpe. Pôr em xeque a produção científica brasileira é um golpe estratégico que reverbera na formação de professores de forma drástica. Isso porque pela primeira vez na história brasileira se caminhava na direção da construção de uma política pública de formação de professores que tinha como foco principal a valorização do magistério porque articulava carreira, condições de trabalho e conhecimento profissional.

Dois eventos, ocorridos nos anos 2000, homologam essa afirmação: a) a formação de professores da educação básica se materializou em metas do Plano Nacional de Pós-

² A soberania e a crise na ciência: o começo do fim. Disponível em <http://www.andifes.org.br/soberania-e-crise-na-ciencia-o-comeco-fim/>.

Graduação (PNPG) 2011-2020 e b) a formação de professores passou a ser fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ciência e formação de professores

O primeiro evento diz respeito ao lugar que a educação básica assumiu no Plano Nacional de Pós-Graduação. No Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* é compreendida como uma etapa da estrutura da educação brasileira o que a faz manter uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais. Inúmeros são os desafios, dentre eles, garantir formação de pesquisadores com qualidade, do que decorre uma preocupação constante com a melhoria da educação nacional e um maior compromisso com as demandas da sociedade³. A relação direta entre produção científica e formação de professores da educação básica se torna mais evidente quando se destacam alguns índices relativos à escolaridade dos brasileiros.

De acordo com o PNAD/IBGE 2016⁴, somente 51% da população brasileira com 25 anos de idade possui ensino fundamental completo; em média a população brasileira tem 8 anos de escolaridade, o que significa que esta parcela da população sequer concluiu o Ensino Fundamental; no nordeste este índice é ainda pior, pois a média é 6,7 anos; se se levar em consideração a raça, os dados demonstram que o nível de escolarização de pessoas brancas são 9 anos e 7,1 anos para pretas e pardas. Esse baixo nível de escolaridade demonstra porque os jovens estão afastados da ciência produzida no País, além de os impedir de acessar os cursos de pós-graduação. De um modo geral, o número de anos de escolarização da população é muito baixo, o que dificulta o entendimento dos conceitos científicos e a participação das pessoas em debates sobre muitos assuntos de interesse geral.

Nessa direção, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, responsável por definir diretrizes, estratégias e metas para este nível educacional, possui mais de vinte páginas que tratam sobre a educação brasileira e que destacam que a educação básica é um assunto estratégico. Um dos seis (6) temas de maior relevância no documento é a

³ BRASIL. MEC. CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2010*. Brasília: DF: CAPES, 2010.

⁴ PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>.

formação e a valorização dos profissionais da educação. Além disso, recomenda que a Educação Básica deva ser estudada de uma forma integral envolvendo todas as áreas do conhecimento e, para isso, defende, entre outras ações, a ampliação de editais destinados à pesquisa. Sendo assim, é possível perceber quais as implicações da diminuição de financiamento de pesquisas para o alcance das metas e estratégias relacionadas à educação básica nacional e à formação de professores mais especificamente?

Em consonância com esta constatação, o segundo evento ocorrido nos anos 2000 que coloca em evidência a relação entre pesquisa e formação de professores é o fato da formação de professores passar a ser fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto 6755/2009, também inaugura na história brasileira a possibilidade de se organizar, sob regime de colaboração entre os entes federados, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para as redes públicas de ensino. A assinatura da lei 11.502/2007 que modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES, que até então se dedicava ao ensino superior, mais especificamente à qualidade dos cursos de pós-graduação no país, atribuiu-lhe a responsabilidade de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica, assim como, fomentar e induzir essas atividades, mediante convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas. A CAPES passa a ter um Diretoria de Educação Básica e uma coordenadoria voltada à Formação de Professores. Aproximando-se do que, nas últimas décadas, os estudos sobre o campo de formação de professores vinham apontando, essa política nacional de formação de professores acaba por ratificar a necessidade e importância de se estabelecer um vínculo mais estreito entre as instituições formadoras e as escolas públicas. Além disso, demonstra compromisso com a valorização do magistério e a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas de todo o país. Nesse cenário, um conjunto de vários Programas foram instituídos – PIBID, Observatório da Educação, PRODOCÊNCIA, LIFE, PARFOR, entre outros.

Em que pese a crítica que se pode empreender sobre uma política baseada em programas, por serem facilmente substituídos ou extintos, necessário reconhecer que esses programas não só fomentaram projetos, pesquisas e práticas relacionadas à formação inicial e continuada de professores, como problematizaram temáticas

relacionadas a esse campo que por outros meios não conseguiam afluência. Uma delas é a articulação entre a instituição formadora - a instituição de ensino superior - e a escola pública de educação básica; outra, por sua vez, é a interlocução entre formação e pesquisa.

Esses dados não são desprezíveis se se olhar para trás e se verificar a ausência de políticas públicas efetivas de formação de professores. Mas ao se olhar para a frente verifica-se o rápido desmonte dessa política, com a revogação do decreto 6755/2009, a extinção de vários programas, a reorganização de outros e a escassez de recursos. Quais são as consequências da ausência de uma política de formação de professores voltada para a soberania nacional?

Em suma, a redução drástica do financiamento na área de educação, ciência e tecnologia, colocou em xeque o alcance dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação e interrompeu a construção e a implementação de uma política nacional de formação de professores. Não só a formação de professores está em risco, mas a produção da ciência, genuinamente brasileira, que auxiliaria na compreensão e decorrente superação dos problemas educacionais do Brasil.